

# Diversidade sociocultural



# 3

- CAPÍTULO 13 - Planejamento Participativo: Processo coletivo de construção de autonomia em comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé- AM- Brasil  
Alfredo Morel dos REIS JÚNIOR & Leandro GASPARINI
- CAPÍTULO 14 - Beneficiamento local e cooperativo da polpa de cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* Schum.) Em uma comunidade da RDS-Tupé, Manaus-AM  
Veridiana Vizoni SCUDELLER & Edinaldo Nelson dos SANTOS-SILVA
- CAPÍTULO 15 - Etnoconhecimento de plantas de uso medicinal nas comunidades São João do Tupé e Central (Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé)  
Veridiana Vizoni SCUDELLER, Josephina Barata da VEIGA & Lúcia Helena de ARAÚJO-JORGE





## Capítulo 13

## Diversidade Sociocultural

# Planejamento Participativo: Processo coletivo de construção de autonomia em comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé- AM- Brasil

Alfredo Morel dos REIS JÚNIOR

Arquiteto urbanista, mestre em Educação, – Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.  
Cidade Universitária, Campinas, SP, Brasil. amorel@uol.com.br

Leandro GASPARINI

Arquiteto urbanista. leandro.arq@uol.com.br

“Quando a última árvore for cortada”.  
A última florzinha murchar,  
Quando o último peixe morrer  
O homem perceberá  
Que não se come dinheiro”  
Julia 2º série – escola Curumim.  
Campinas, SP

RESUMO - No esforço para compreender o meio de vida das populações que vivem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé, zona rural de Manaus, Estado do Amazonas, surpreende-nos o quanto as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais são derivadas dos regimes naturais de períodos de seca e cheias da região. Somam-se a isso os entraves consequentes da falta de abastecimento regular de energia, dificuldade de locomoção, falta de atendimento regular à saúde, irregularidade da frequência de professores nas escolas das

comunidades, ou ainda na incerteza de escoamento de produção agrícola, sustento de muitas famílias locais. Particularmente as dificuldades no escoamento da produção e a implantação de novos projetos que promovam a “fixação” dos jovens na RDS, suscita a discussão sobre as necessidades básicas daquelas populações que permita o seu desenvolvimento. Ao observarmos a bacia Amazônica no seu todo, verificamos que a falta de escolas, de transportes frequentes, de energia elétrica, bem como a degradação ambiental constituem deficiências generalizadas, mesmo nessa área rural localizada tão próxima de Manaus. Este trabalho tem a intenção de demonstrar uma experiência de gestão local através do fortalecimento comunitário, que faz parte do projeto BIOTUPÉ, sendo realizada em duas (como proposta piloto) das seis comunidades instaladas na RDS Tupé, a comunidade São João do Tupé e a comunidade Julião. Espera-se poder contribuir para o entrelaçamento de diferentes áreas do conhecimento e favorecer a discussão de questões pertinentes ao dia-a-dia das pessoas, que de uma forma ou outra, se utilizam dos recursos da reserva como meio de vida. Enfim, navegar nos caminhos da valorização daquilo que se considera mais importante: o que o morador da Unidade de Conservação quer para seu futuro, como acha que poderá manter minimamente sua autonomia, seja do ponto de vista econômico, social ou ambiental.

**PALAVRAS CHAVE:** natureza, desenvolvimento sustentável, energia, agricultura, planejamento, participação, gestão local.

## Viver conforme a dinâmica natural local

No coração da Bacia Amazônica, na latitude  $03^{\circ}06'07''S$  e longitude  $60^{\circ}01'30''W$ , após embarcar numa lancha rápida, vai ficando pra trás um dos vários portos – sem nunca esquecer de sua função de trapiche para os usuários - da cidade de Manaus. Segue-se pelo Rio Tarumã ao encontro de outra “estrada” fluvial, o Rio Negro.

Segundo Ab'Saber (2003) são incríveis os volumes de águas correntes, a largura dos leitos e as contribuições de diversos rios na Bacia Amazônica, resultados também da associação entre os degelos da Cordilheira dos Andes e as elevadas precipitações. Ao adentrar as águas do Rio Negro, o navegante é surpreendido pelo volume de água que o cerca, há trechos dessa grande via que chegam a 13km de largura!

Firmando percurso por esse grande rio e já um pouco distante do local de partida, o que se

enxerga como água preta, vai-se transformando numa cor de cobre de grande transparência, e nesse contraste as águas pretas e o forte azul do céu criam uma nova paisagem que começa a modificar-se (Fig.1). Então podemos observar o que Ab'Saber (2003) assinala ao agrupar regionalmente a bacia hidrográfica amazônica como:

“Região em geral encoberta por um mar de nuvens baixas, fortemente carregadas de umidade. Presença eventual da famosa mata dos igapós, evocando um ambiente exótico e pleno de interrogações. Pontos mortos da drenagem, nos braços de rios, com vitórias-régias e outras ninfeáceas. A despeito da rasura das terras baixas regionais e do labirinto hidrográfico nelas embutido ou a elas associado, existem notáveis visuais, no conjunto das paisagens amazônicas, a partir das pequenas elevações dos tabuleiros e seus terraços. Verdadeiros mares de água doce, emoldurados pelas exóticas pinturas de tons escuros do céu



**Figura 1:** Aspectos das paisagens naturais comuns às Terras Baixas Florestadas da Amazônia.

amazônico. Vultos de ilhas fluviais florestadas, e o notável espetáculo do por do sol na rasura das réstias de terra, que sublinham indefinidamente o horizonte”.

Os rios, igarapés, furos, e paranás<sup>1</sup> dessas longínquas terras amazônicas sempre tiveram um papel crucial na vida de sua população.

No percurso a caminho da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS) nota-se como a “via expressa” Rio Negro tem papel fundamental na vida da população da região. Nos seus afluentes, as habitações-trapiches (flutuantes de madeira) comercializam farinha, cigarro, açúcar, sal e outros pequenos itens da cesta básica.

“Enquanto o povoamento da Amazônia se fez através dos rios e sob um estilo inteiramente “beiradeiro”, o estoque global da natureza amazônica pouco ou quase nada sofreu. Mas desde que as rotas terrestres franquearam a região, atingindo-a pelo interflúvios, a partir das terras altas do Brasil Central, tudo se modificou” (Ab’ Sáber 2003)

São nítidas as diferenças, quando se compara, percursos feitos nas imediações de Manaus-onde o transporte terrestre é a prioridade de meio de transporte, e a zona rural, onde a população depende exclusivamente das vias fluviais. Ao longo das rodovias

e acessos abertos, nota-se uma série de distintos usos da terra, verificando-se muitas vezes problemas e conflitos decorrentes de usos não planejados, como desmatamento e degradação do solo.

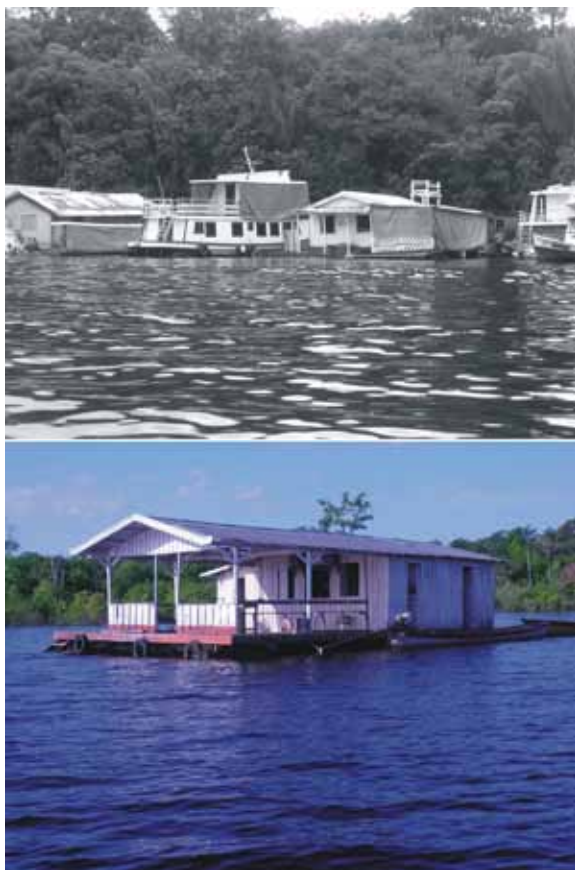
Não muito diferente nas áreas aonde só se chega pelos rios ou igarapés, a concentração de embarcações é tão grande que muitos já falam em contaminação das águas, principalmente de igarapés nessa região do baixo Rio Negro, onde se depositam tanto óleo diesel, quanto esgotos originários dessas embarcações turísticas, ou dos assentamentos prediais. Os chamados igarapés típicos acabam sofrendo maior degradação devido às suas águas apresentarem pouca velocidade, sua troca com os grandes rios é mais lenta, facilitando a deposição de óleo e esgoto. Às margens do Rio Negro observam-se também algumas casas de veraneio praticamente debruçadas nas calmas águas, só alteradas quando potentes lanchas alcançam suas pequenas marinas (Fig. 2).

Assim o é também no caso da RDS Tupé, contudo sua ocupação é mais ordenada, mas mesmo com tal organização, ainda se percebe muitos problemas, para os moradores locais, relacionados a questões ambientais de forma geral, pois esquecem-se da importância das águas que os contornam (não só como possibilidade de

<sup>1</sup> Igarapés - igara é uma embarcação simples escavada no tronco de uma só árvore +apé ou pé é o que designa caminho. Daí a importância desses como verdadeiras estradas líquidas que encurtam a circulação. Um igarapé típico é aquele que forma um túnel quase fechado de vegetação;

Furos - canal fluvial sem correnteza própria, que secciona uma ilha fluvial ou interliga componentes de uma planície de inundação;

Paraná - grandes corpos d’água que saem de um grande rio e retornam para o mesmo, segundo definição de moradores do médio Amazonas



**Figura 2:** Casas flutuantes que são utilizadas como comércio e moradia.

acesso, mas também como recurso hídrico de subsistência) como seu maior patrimônio (Fig. 3), como bem lembra Ab' Saber (2003).

“O igarapé é o lugar de onde se retira o peixe, a água para beber, a água para cozinhar. Rio abaixo e rio acima guardam os lugares para o banho dos adultos, homens e mulheres separadamente. Crianças aprendem a pescar ouvindo histórias, protegidas pelas mães que retardam sua iniciação no domínio da floresta... Velhos e mulheres dedicam-se aos afazeres domésticos. Meninos mal alimentados vivem a paradisíaca aventura da inocência, aprendendo com os mais velhos as estratégias para resistir ao



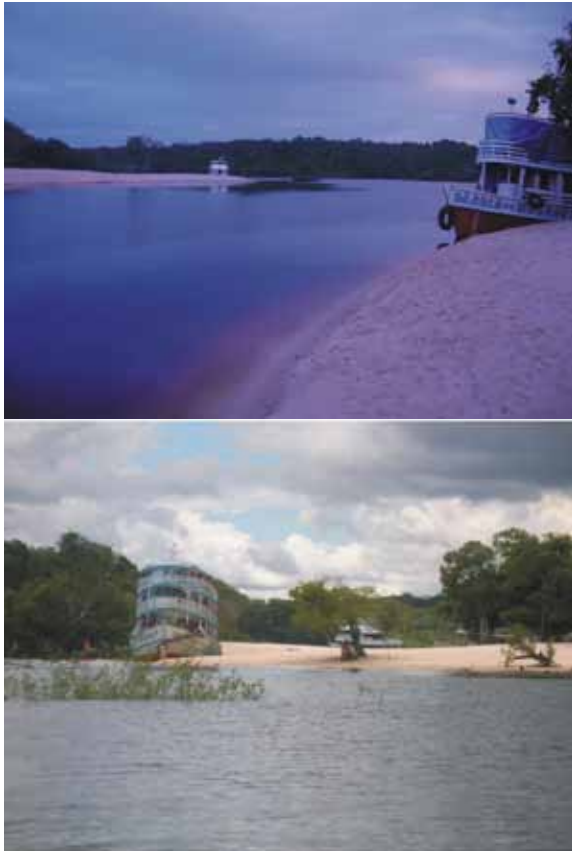
**Figura 3** - Crianças na arte de navegar com uma canoa. Ao lado habitação típica da região.

abandono e à marginalização. Aprendeu-se tudo do índio e incorporaram-se alguns instrumentos arcaicos da civilização. Sujeito às penalidades mais escravizadoras – pela menor das infrações cometidas em relação à lei dos seringalistas – agora o seringueiro tornou-se peão das selvas”.

De volta ao percurso rumo à RDS Tupé, subindo o Rio Negro a cerca de 1 hora do local de saída de Manaus, começamos a perceber as muitas praias fluviais, com suas areias brancas ou rosadas, contrastando com a cor de cobre das águas desse imenso rio. São verdadeiras praias de turismo que servem de lazer para a população (no período de setembro a janeiro, principalmente) de Manaus e região.

Todavia a infra-estrutura é mínima na grande maioria dessas localidades, mas mesmo assim verifica-se sempre o diesel queimando nos geradores para suprimento de energia, ou mesmo fazendo com que a música invada a floresta.

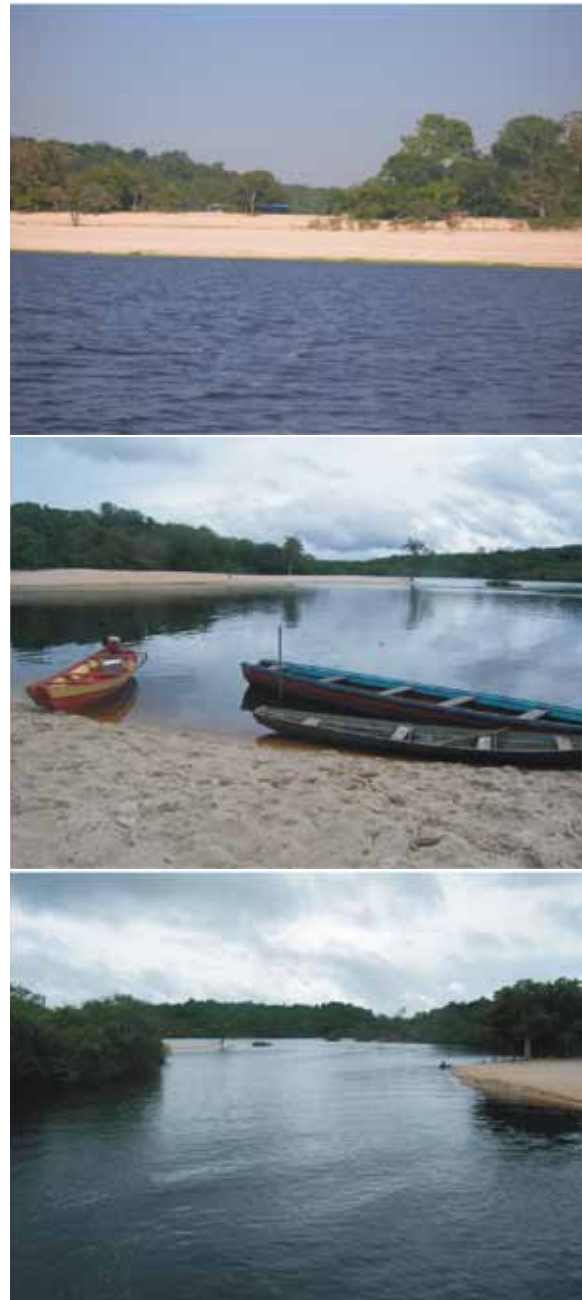
Nota-se ainda que boa parte das construções voltadas ao turismo, mesmo aquelas que se encontram dentro dos limites da RDS Tupé, acabam por não respeitar a legislação referente às áreas de preservação permanente, que limitam a ocupação das margens dos corpos d'água (Fig. 4). O saneamento é outro problema, pois à medida que se permitem as construções de porte beiradeiro



**Figuras 4:** Ao amanhecer começam a chegar iates e outras embarcações mais populares para aproveitar o domingo de sol no Tupé. Embarcações turísticas aportam completamente abarrotadas nas praias da RDS Tupé.

mesmo nas terras mais firmes, onde não há interferência das cheias, facilita-se a contaminação, pelo despejo de esgoto tanto nos rios e igarapés como no lençol freático aflorado (Fig. 5)

Todos esses aspectos são notadamente verificados, às vezes de modo inconsciente, mas paradoxalmente representativo para moradores locais, que se mostram preocupados com o presente e futuro da reserva, como será observado posteriormente no diagnóstico participativo elaborado junto a eles.



**Figura 5:** Chegada na praia do Tupé. Embocadura do lago Tupé, que na verdade pode ser considerado um furo que interliga o Rio Negro ao lago.

## Os modos de uso da terra e a preservação dos aspectos naturais nas unidades de conservação

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé passou por uma série de adaptações e enquadramentos ambientais até sua criação. Em 1990 a praia foi declarada pelo poder público municipal como sendo uma ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico. Já em 1995 passou a ser chamada de Unidade Ambiental do Tupé, dentro do sistema municipal de unidades de conservação. Um decreto de 1999 instituiu a área como Espaço Territorial de Interesse Ecológico, sendo que no mesmo ano cria-se o regulamento para a ARIE do Tupé.

No ano de 2002, atendendo à nova Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a área é reenquadrada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, sendo definitivamente criada por decreto em 2005. A área total é de 11.973ha, com perímetro de 47.056m, tendo como principais objetivos: “preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios para a reprodução e a melhoria, tanto dos modos da qualidade de vida, como de exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidas por estas populações (art 1º)” (Decreto 8044 de 28/08/2005) (Scudeller et al. 2005) (Fig. 6).

Cunha (2001) comenta a importância dos projetos de conservação terem sentido local, lembrando que:

“Uma dificuldade no envolvimento de comunidades locais em projetos de conservação é que, por via de regra, de início esses projetos são elaborados por alguém em posição de poder e só depois se “envolvem” os grupos locais. Mas mesmo nos casos em que a origem de projetos conservacionistas vem de iniciativas de grupos



**Figura 6:** Duas comunidades da RDS Tupé.

locais, resta a dificuldade de ajustar os planos de ação em diferentes esferas, de conseguir recursos externos, de obter capacidade técnica necessária”

O decreto que criou a RDS Tupé considera, pelo menos no papel, as várias comunidades que, de diferentes formas utilizam-se do ambiente local, seja como lugar de moradia, ou como área de onde retiram parte de sua subsistência.

Essa população, de diferentes etnias remanejadas, como lembra Silva Freitas (2005), têm em comum o modo de vida ligado à agricultura familiar, extrativismo, caça e pesca (Scudeller et al. 2005). Os novos ribeirinhos que habitam essas comunidades ligadas diretamente ao Rio Negro tiram proveito dos recursos naturais por meio do turismo e do lazer, mesmo que de maneira precária e desorganizada.

Mantendo atividades de subsistência diretamente ligadas ao extrativismo e caça, é importante frisar que a população ribeirinha atual, apesar de grande pressão de outras culturas, ainda se prende à cultura remanescente, e como nos adverte Cavalcante (2005) o trabalho com a produção de conhecimento não pode ser hierarquizado, o conhecimento trazido de casa ou de outros contextos é importante e deve ser não apenas levado em consideração, mas valorizado como contribuição importante, mesmo que cada amazônica tenha sua própria característica (Batista 2007).





Boa parte das pessoas que vivem nessas comunidades da RDS Tupé utiliza-se ainda de técnicas, remédios ou mesmo conhecimento tradicional, advindos dessa diversidade. O desafio está em fazer com que os jovens também se interessem em manter vivos tais ensinamentos e princípios praticados por aqueles que lá vivem, ou já viveram. Há indícios de desinteresse, perda de conhecimentos e mudanças bruscas de valores entre os mais jovens, como apontam alguns moradores que procuram manter vivas as raízes culturais.

Um fato que se percebe na RDS Tupé é que muitas famílias que lá vivem não sabem ao certo o que essa unidade de conservação representa, assim como as formas de usarem os espaços viventes diante das regras impostas pelo poder público que resultam em pequenos problemas relacionados aos possíveis usos da terra. Agora essa situação passou a ser discutida num âmbito geral, como proposta de entendimento de ação dentro da RDS, à proibição ou não da caça, o que se pode ou não coletar ou comercializar, ou mesmo apropriar-se do espaço vivente (local onde tudo possa ser usufruído, alimentar-se de propósitos devidos a si mesmos como identidade geral diante da comunidade).

Como já comentado por Cunha & Almeida (2001), em relação à participação comunitária na implantação de projetos para essas unidades, o quadro que se encontra nas comunidades é de quase total heteronomia em relação a seus rumos dentro do Tupé.

Exemplo desse isolamento, que pode ser visto em uma das comunidades, a do Julião, é um orelhão público alimentado por uma placa de painel fotovoltaico. Condição ideal caso o aparelho não apresentasse necessidade de constante manutenção, por não funcionar de modo uniforme, tanto o próprio aparelho, como a placa geradora de energia para seu funcionamento. Isso denota falta de planejamento político social, uma vez que os investimentos públicos em energia (tratando-se aqui dos painéis fotovoltaicos) que é disponibilizada

para as comunidades e habitações de interesse social são na maioria das vezes equipamentos sucateados, e de baixíssima qualidade e desempenho. Tais condições são exemplos da necessidade de um planejamento participativo operante e determinante para resolução das necessidades das comunidades desprovidas de qualidade e identidade sociais.

Nesse sentido, o trabalho com Educação Ambiental como forma de proposta participativa para solução de entraves políticos, deve partir do pressuposto de que existe um tensionamento na relação sociedade e ambiente, e este tensionamento surge de relações de poder historicizadas, não naturalizadas e passíveis de transformação (Cavalcanti 2005).

O exercício de participação no que se refere à tomada de decisões para as políticas públicas é coisa nova, mesmo entre os moradores das áreas urbanas, que têm a possibilidade de se manterem mais informados e conectados com assuntos em pauta na sua sociedade. E, em se tratando de áreas rurais, a situação é ainda mais grave quando se observa locais da Amazônia onde só é possível chegar via rios e igarapés. Nesse caso as pessoas permanecem muitas vezes isoladas, necessitando de informações (mesmo no caso de Tupé que é próximo de Manaus), prestação de serviço público, ou de soluções trazidas por meio de algum projeto promovido pelo terceiro setor que possam prover estas comunidades de planejamento- tanto ambiental como educacional- e resgate social.

## O planejamento participativo como processo educacional dentro da RDS Tupé

A questão da educação, dentro do processo de planejamento participativo, foi ressaltada como uma das principais reivindicações levantadas, legitimamente, pelas comunidades analisadas (Julião e São João do Tupé).

Cada comunidade organizada em sua associação de moradores busca, muitas vezes de maneira empírica e imediata, identificar as necessidades locais à medida que essas vão aparecendo. Todavia, com a experiência de planejamento participativo, vislumbrou-se a possibilidade e necessidade de priorizar e planejar ações que resolvam e tornem melhor a realidade concreta dos comunitários.

O exercício do planejamento e fortalecimento comunitário não é tarefa projetada somente na busca da formação das pessoas, mas um investimento, que é cada vez mais considerado pelas propostas de revigoração de áreas comumente esquecidas pelos sertões brasileiros.

Sendo a educação uma prioridade para as comunidades analisadas (Julião e São João do Tupê) (Fig. 7), e mesmo possuindo uma escola em cada uma delas (que atende a educação infantil, fundamental, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) - dependendo da disponibilidade de energia - a energia é gerada por geradores movidos a óleo diesel - no período noturno) a implantação de um projeto educacional efetivo acaba sendo prejudicada pela falta de planejamento para enfrentar dinâmica das estações de cheia e seca.

Essa ocorrência, derivada dos regimes naturais, torna difícil a locomoção de professores que ministram as aulas, por vezes impossibilitando sua chegada à escola. Isso se deve aos momentos em que os igarapés de acesso às comunidades, como por exemplo o igarapé Tarumã Mirim, que dá acesso ao Julião, fica quase impossibilitado de navegar, forçando as embarcações a pararem a 1,5 a 2,0 km do porto da comunidade.

Somada a essa dinâmica ambiental, tem-se também a fragilidade no abastecimento de energia nas comunidades, que nelas é provida por geradores mecânicos que se encontram próximos aos locais de convívio dos comunitários, dificultando a convivência produtiva destes como, por exemplo, nos momentos de aula dentro das escolas. Essa fragilidade citada é ainda acentuada pela constante falta de abastecimento de combustível (diesel) para o funcionamento dos geradores, que faz com que todo o processo educacional fique esfacelado.

Uma forma de mitigar tal esfacelamento é a conduta aplicada na criação de classes multiseriadas, ou seja, alunos de diferentes faixas etárias dentro de uma mesma sala de aula, e para isso o professor deve estar preparado para uma abordagem de conhecimento adequado e transversal para desenvolvimento das crianças participantes (Fig. 8).

Tal medida é tomada na verdade não como prática educacional (questão abordada adiante), mas como resolução da questão citada acima.

Muitos especialistas acreditam na homogeneização das idades para se alcançar um resultado satisfatório, mas na verdade isso gera mais controle sobre o conhecimento e a falsa visão de disciplina dentro da sala de aula. A frequência de alunos com faixas etárias diferentes cria, ao nosso olhar, melhores possibilidades de aprendizado, primeiro pelo fato de que na falta de frequência de aulas (condicionadas pela sazonalidade climática



Figura 7: O dia a dia das escolas do Julião e de São João do Tupê



**Figura 8:** Organização das salas de aula. Ao lado as escolas de São João do Tupé e do Julião respectivamente.

da região, e condicionantes administrativas) as crianças maiores podem dar suporte no ritmo das aulas, e dividir descobertas com os menores. Desta maneira, o projeto multiseriado proporciona uma prática participativa e problematizadora, que se estabelece no cotidiano, e tem como seu ponto de partida a realidade local. É nessa realidade que se buscará, pela investigação, o “universo temático”; mas que seja uma “temática significativa” para os que participam do processo, não o tema escolhido por técnicos, especialistas, professor, diretor ou projetos fechados de órgãos públicos, ongs e empresas (Guimarães 2005).

Em contato com algumas aulas e materiais pedagógicos utilizados conjuntamente com as crianças, verifica-se uma interessante possibilidade de uso da realidade local como forma de trabalho educacional e multidisciplinar, diferente dos conceitos e conteúdos relativos ao processo de verticalização do ensino, que muitos adotam como modelo no processo de ensino para crianças em qualquer escola de qualquer região do país.

Outro fator interessante a ser explorado dentro das comunidades é fazer com que as aulas extrapolem os limites da escola, sendo trazidos

para a sala assuntos diretamente relacionados com o dia - a - dia de cada criança, para que seja compartilhado dentro do grupo na busca de conclusões coletivas, quebrando a individualidade natural do ser humano (Fig. 9).

Nunes (2002), em artigo publicado sobre brincadeiras de crianças A’uwe-Xavante, descreve as crianças ajudando nas tarefas domésticas como torrar farinha, carregar pequenas lenhas, tomar conta das crianças menores ou mesmo enxotar as galinhas de dentro das casas. Tudo tem um significado real e uma aplicabilidade concreta, porém, ainda segundo o autor:

“O fato de ser tudo de verdade não impede a presença do componente lúdico, ainda que por vezes esteja dissimulado pela responsabilidade que também é preciso assumir. Por exemplo, enxotar as galinhas de dentro das casas é uma tarefa das crianças menores que, freqüentemente, transformam-se numa brincadeira de pega-pega com as galinhas, em que estas dificilmente levam a melhor, obrigando-as, por vezes, a sair por uma abertura que fazem propositadamente na palha da parede da casa, junto ao chão”.

No dia-a-dia observam-se também crianças num vaivém pelas comunidades, trazendo frutos comestíveis, voltando de banhos de rio, jogando futebol, brincando de casinha, na maioria das vezes sem os adultos por perto (Fig. 9). Vê-se nessa descrição que tudo pode ser considerado como forma de aprendizado, que mesmo não sendo formal é importante para a manutenção tanto da

Diante do quadro exposto, a convivência desses moradores da reserva com o poder público, a legislação imposta e os diferentes sujeitos que de maneira ou outra freqüentam a RDS Tupé, dependem de ações que garantam sua estadia harmônica dentro das comunidades, garantindo suas necessidades seja do ponto de vista social, econômico ou ecológico. Para que tais ações se



**Figura 9:** Crianças do Tupé em momentos de brincadeira, curiosidade e participação comunitária.

cultura da infância quanto dos hábitos e modos de vida do local, ou ainda como nos relata Sauvé (2005):

“... o meio ambiente não é simplesmente um objeto de estudo a ser tratado entre tantos outros; nem que é algo a que nos obriga um desenvolvimento que desejamos seja sustentável. A trama do meio ambiente é a trama da própria vida, ali onde se encontram natureza e cultura; o meio ambiente é o cadinho em que se forja nossa identidade, nossas relações com os outros, nosso “ser-no-mundo”.

Contudo existe um grave problema para a manutenção da estrutura social na RDS, que é o  xodo de jovens para Manaus, tanto da falta de continuidade de todos os níveis necessários nas escolas instaladas, como ausência de qualquer programa social ou cultural, o que os faz perder o interesse em se manterem na Reserva, arruinando cada vez mais a relação de identidade com o seu espaço natural, o mesmo acontecendo, por conseqüência, com as famílias e as comunidades no geral.

desenvolvam, apostamos na elaboração de um planejamento participativo construído junto às comunidades que viabilize pleno desenvolvimento das questões analisadas.

Um dos grandes desafios em se realizar um planejamento participativo é iniciar a metodologia apostando no que as pessoas sentem, desejam e pensam a respeito do que querem abordar.

Um planejamento participativo se arquiteta a partir de uma construção conjunta e comprometida com os anseios da coletividade, já que as práticas que normalmente se desenvolvem nas comunidades têm por costume expor idéias totalmente pré-concebidas.

Uma das estratégias adotadas em busca dos resultados positivos para a coletividade é a utilização de uma estratégia conhecida como DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

“O DLIS é um novo modo de promover o desenvolvimento, possibilitando o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas



potencialidades específicas (...), sendo uma via possível para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de modos de vida mais sustentáveis”. (Rede DLIS).

Como forma de desenvolvimento do DLIS, adotou-se a proposta de trabalho comunitário conhecida como Diagnóstico Participativo, originalmente chamando de Diagnóstico Rural Participativo, que surgiu nos projetos de Extensão rural e implementaram a concepção e recuperação do manejo de recursos naturais renováveis<sup>2</sup>.

Essa metodologia foi adaptada pela Universidade Federal de Lavras – Faculdade de Agronomia em parceria com uma empresa de consultoria em planejamento ambiental<sup>3</sup> chamada Terra, e passou a se chamar Diagnóstico Rápido Participativo e utilizado com o intuito de revitalizar espaços públicos no município de Lavras, MG, Brasil.

A escolha de uma metodologia que prima pela participação direta dos envolvidos e interessados no processo não foi aleatória, e no caso da região da RDS Tupé, onde as comunidades têm envolvimento direto com as questões agrárias de modo geral, o propósito de desenvolver um programa de sustentabilidade social, econômica e ambiental é uma prioridade para as comunidades analisadas (Julião e São João do Tupé).

## O Diagnóstico Rápido Participativo nas Comunidades de São João do Tupé e Julião

O DRP oferece uma gama de conceitos e métodos que facilitam os processos de conhecimento, ação e organização durante o planejamento participativo, colaborando na construção do projeto coletivo.

Participam do processo as pessoas da comunidade em geral e membros da equipe do projeto Biotupé. Na primeira etapa do DRP aplicado na RDS Tupé, participou também uma técnica da Secretaria de Meio Ambiente do município de Manaus, que vinha acompanhando as atividades do projeto dentro da reserva (Fig. 10).

A dinâmica se dá em torno de tudo que é expresso como relevante pelos moradores. Com a finalidade de facilitar a discussão, organizam-se uma matriz (Tabela 01) onde todos podem colocar seus desejos em relação ao viver na RDS, a realidade dessa vivência e as possibilidades para que os desejos sejam realizados. Os membros da equipe técnica têm a mera função de serem os facilitadores da discussão, questionando, estimulando e trabalhando as informações trazidas pelos participantes, procurando a imparcialidade diante das escolhas e reflexões daquilo que é apresentado pelos comunitários participantes.

O objetivo dessa dinâmica não se resume apenas em sistematizar o que eles necessitam para se manterem na RDS, mas também estimular processos de discussão e reflexão pautados na realidade local.

É, na verdade, como um grande atelier onde pessoas idosas, homens e mulheres, crianças e jovens têm a palavra para expressar seus anseios, suas preocupações e suas sugestões para melhoria de qualidade de vida do local.

Levantados os desejos, a realidade e as possibilidades, procura-se trabalhar a organização dessas idéias na relação tempo-espaço, priorizando ações e atribuindo responsabilidades para a execução das idéias sugeridas. Cria-se, assim, um comprometimento coletivo, com a percepção da interdependência entre eles, entre possíveis colaboradores, a interferência do poder público e do ambiente espacial, palco de toda a discussão.

<sup>2</sup> Tais experiências obtiveram êxito em países das Américas Central e Latina no final da década de 80 e início da década de 90 (Nuestro Congresso, 2005).

<sup>3</sup> A metodologia foi readequada pelo Instituto de Cooperação e Desenvolvimento Ambiente Total – [www.ambientetotal.org](http://www.ambientetotal.org), e trabalhada em meados da década de 90 em comunidades de conjuntos habitacionais do Estado de São Paulo, Brasil, alcançando bons resultados e colaborando para a informação, capacitação, e formação de cidadãos aliados dos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.



Figura 10: Moradores de São João do Tupé e Julião durante as oficinas do DRP.

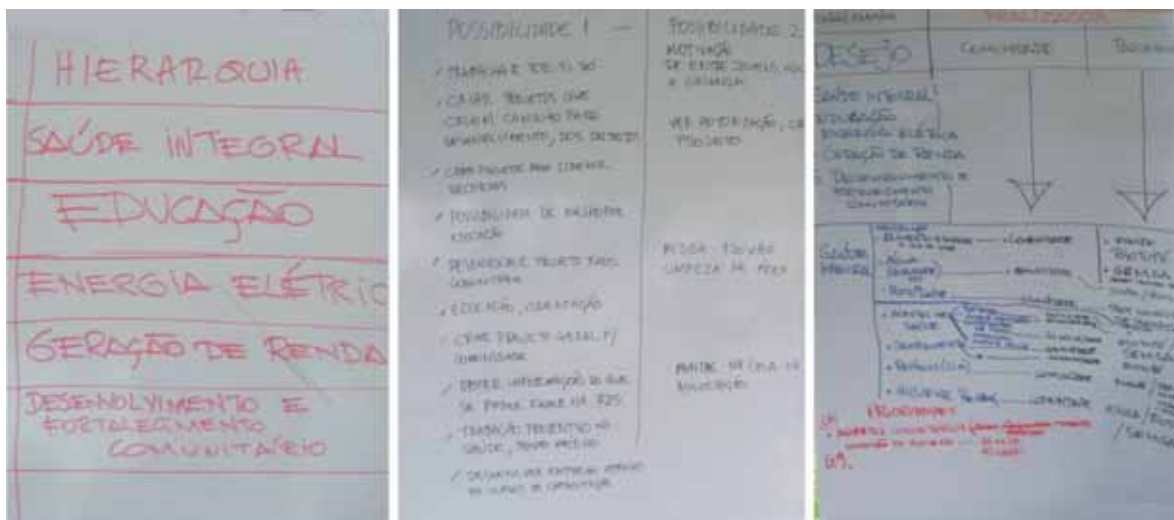


Tabela 1: Levantamento de dados durante o processo do DRP na comunidade Julião

Depois de definidas as realidades e possibilidades referentes aos desejos explicitados, começa-se o trabalho de depuração e sistematização das prioridades (Tab. 2), e a cada definição das mesmas, elege-se o responsável por fazer com que ela se encaminhe para a concretização.

O trabalho de sistematização não tem um fim nele próprio. O processo educacional que ocorre durante essa tarefa de dissecar desejos e vislumbrar possibilidades é o mecanismo responsável pela formação e capacitação dos sujeitos envolvidos, assinalando-lhes uma visão (holística), deixando claro que a noção de dominação do ser humano sobre o ambiente perde o seu valor, já que estando integrado em uma unidade (ser humano/natureza)

inexiste a dominação de alguma coisa sobre a outra (Guimarães 1995).

A cada assunto discutido, trabalhamos com problematizações pautadas em realidades diversas, que utilizadas *a posteriori*, serviram como parâmetros de resolução dos obstáculos a serem vencidos. Utilizamos-nos de mídias áudio visuais e dinâmicas de grupo para complementar o processo acima descrito.

A utilização do DRP nas comunidades inseridas na RDS contribui para que a participação dos moradores da unidade de conservação seja valorizada e, por consequência, respeitada, pois é a partir da valorização do modo de vida das populações que lá residem que se conseguirá alcançar o equilíbrio ambiental desejado, intensificando a proposição

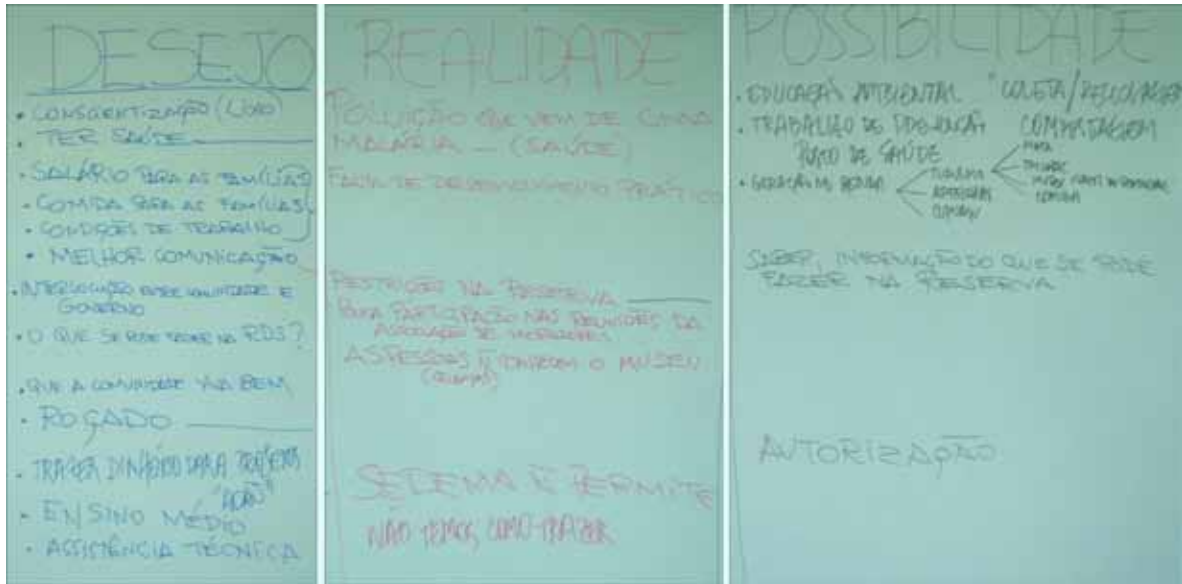


Tabela 2 - Tabela dos dados sistematizados na comunidade Julião

de projetos educacionais e de geração de renda que darão suporte para a almejada preservação ambiental.

## Educação para o Ambiente - a importância das crianças no processo de conservação da RDS Tupé

Uma outra etapa do projeto de desenvolvimento comunitário, nascido da observação do perfil de prioridades listadas dentro do DRP, contemplou atividades de educação ambiental junto às crianças, adolescentes, jovens e os professores das escolas municipais das duas comunidades envolvidas.

O objetivo é trabalhar a educação ambiental de forma transversal tanto na escola como no cotidiano das crianças. Dentre as questões abordadas praticou-se o exercício de reconhecimento espacial do local onde vivem, e seus arredores. A relação dos recursos naturais no dia-a-dia dos estudantes, bem como o reconhecimento do processo das atividades de geração de renda que estão sendo realizadas,

tem como princípio estimular a autonomia do pensar dessas crianças e adolescentes.

Observou-se grande interesse por parte das crianças e jovens quando provocados a questionarem sobre sua realidade, tais exercícios propiciaram a vontade nos professores em incrementar novas práticas pedagógicas que dêem sentido aos conteúdos e aprendizados necessários para a formação dessas crianças, dentro desse raciocínio da transversalidade educacional.

Quanto às oficinas de educação ambiental, foram utilizadas ferramentas que estimulavam o público alvo a sentirem-se seguros a participar do processo de forma global. Para o incremento da participação voluntária, valorizou-se e consideraram-se, desde início, os conhecimentos prévios adquiridos pela vivência na comunidade e no seu envoltório, seja nas escolas, ou mesmo fora da instituição, nos momentos de lazer.

Outra mudança de postura em relação à prática pedagógica foi a de utilizarmos estudos de campo, escolhidos por eles (processo de reconhecimento e observação espaço-ambiental do local), como forma de estímulo à curiosidade. E como resultado,

trazer as observações apreendidas durante o percurso, para que possam ser trabalhadas na sala de aula, sistematizando, assim, a prática de desenvolvimento de conceitos espaço-ambiental através de um mapa elaborado pelos alunos a partir das impressões pré concebidas no estudo de campo.

Foi utilizado como material de apoio um curta metragem<sup>4</sup> e um documentário<sup>5</sup> que abordam os diferentes povos e culturas amazônicas e os problemas sociais e ambientais da região.

Trabalhamos também com dinâmicas de dramatização que possibilitaram o reconhecimento da existência de problemas ligados aos recursos naturais, como o esgotamento dos mesmos, a poluição atmosférica, hídrica e da paisagem, suas causas e possíveis medidas para mitigá-las; nesse exercício vivido por eles, pôde-se notar a ação deles como sujeitos responsáveis por tudo o que ocorreu, tirando daí o aprendizado de que o homem é, na verdade o maior, ou mesmo, o único gerador de todo desequilíbrio ambiental.

Pudemos observar dentro da comunidade Julião, através das atividades propostas, a falta de estímulo e carência que as crianças possuem no que se refere ao espaço escolar. Daí apostarmos em atividades que primeiramente valorizem a auto-estima dos alunos, estabeleça vínculo com a equipe do projeto, e façam com que os alunos se sintam estimulados e dispostos a realizar as atividades propostas.

O fato de garantirmos a palavra a cada um que quis se expressar, considerarmos suas informações, suas idéias pré-concebidas, fez com que o grupo se entregasse em tudo o que foi proposto.

Assim a educação ambiental deixa de ser somente uma “forma” de educação (uma “educação para...” entre inúmeras outras; não é simplesmente uma “ferramenta” para a resolução

de problemas ou de gestão do meio ambiente. Trata-se de uma dimensão essencial da educação fundamental que diz respeito a uma esfera de interações que está na base do desenvolvimento pessoal e social (Sauvé 2005)<sup>6</sup>.

Com a utilização do curta metragem “Acqua”, pôde-se observar tanto o interesse das crianças menores, ao se prenderem em detalhes, como a presença de um inseto, animal ou planta contidos no filme, como na observação dos maiores ao salientarem os problemas ambientais, como lixo, esgoto *in natura*, mortandade de peixes. Tal filme serviu como gerador de questões pertinentes ao dia-a-dia dessas crianças em ambas as comunidades. Através do que levantaram, pôde-se traçar paralelos a propósito da qualidade da água que bebem, que utilizam para o banho, para as plantações, para a criação dos peixes dos tanques rede, o esgotamento sanitário nas fossas, os cuidados de implantação das mesmas, o perigo de contaminação e doenças de veiculação hídrica, a deposição dos resíduos sólidos, enfim, todos os problemas ambientais decorrentes no filme e que têm relação com a vida cotidiana das comunidades.

Foi dado um passo importante, pela sensibilização das crianças, adolescentes e jovens, para descoberta de caminhos que ajudem a tratar as questões sócio-ambientais dentro da RDS Tupé.

Urge, porém, um trabalho junto aos professores da RDS Tupé em práticas pedagógicas sócio-ambientais que estimulem a participação efetiva dos alunos nesses processos de discussão, colaborando com nossos objetivos propostos, que garantirão a continuidade das ações dentro das comunidades.

Outro fato bastante interessante é que, apesar de os participantes apresentarem idades bem diferentes, o trabalho coletivo atingiu resultados

<sup>4</sup> “Acqua” de Daniel Taunay, 1988.

<sup>5</sup> “Amazônia Vozes da Floresta”, documentário elaborado por Glenn Switkes, 1996

<sup>6</sup> Na base do desenvolvimento pessoal e social encontram-se três esferas de interação, estreitamente ligadas entre si: a esfera das interações consigo mesmo (o lugar de construção da identidade); a esfera de interações com os outros (lugar da construção das relações com outras pessoas); e, finalmente a esfera de interação com o meio de vida compartilhado, Oikos, lugar da educação ecológica e da educação econômica, onde se enriquece a significação do “ser-no-mundo” mediante as relações com o “mundo não-humano”.





positivos e pertinentes ao foco principal, a conscientização ambiental dentro da RDS Tupé.

Assim como na comunidade Julião, pudemos observar na comunidade São João do Tupé, através das atividades propostas, a falta de estímulo e carência que as crianças possuem em relação à escola, daí utilizarmos a mesma linha metodológica para ambas as comunidades.

Como na execução da etapa de trabalho com os adultos, em junho de 2006, encontramos dificuldades em planejar algo coletivo para o grupo envolvido. Naquela ocasião, os trabalhos com o DRP emperraram com a falta de participação e espírito comunitário.

Notamos isso também com as crianças que, em vários momentos, não se permitiram trocar experiências entre os pares, não alcançando um resultado tão satisfatório quanto aqueles alcançados pelas crianças da comunidade Julião. Isso talvez possa refletir o momento em que cada comunidade se encontra nesse processo de fortalecimento comunitário.

## Conclusão

Diante desse quadro, fica claro a necessidade de iniciativas que, além de pesquisar a diversidade física, biológica e sociocultural local para a preservação da área da reserva e exploração de suas potencialidades naturais, também tenham em mira resguardar e valorizar as populações que, mesmo antes da criação da RDS, ali já se encontravam.

Com a finalidade de reforçar as relações sociais e ambientais baseadas em conhecimentos tradicionais, o trabalho de gestão local que nas comunidades, vem acontecendo, visando não só o desdobramento de ações locais que dêem possibilidade aos moradores da RDS de aprimorarem suas potencialidades originais, mas, também, a autonomia na tomada de decisões, como sujeitos dos processos políticos dos quais participam, para o futuro dessa unidade de conservação, mantendo viva sua diversidade cultural, como afirma Silva Freitas (2005):

“O lago, a praia, os igarapés, o canal de ligação com o Rio Negro são mais do que ângulos

privilegiados de acesso à fruição estática da paisagem. São ambientes produtores de vida no trópico unido e, portanto são unidades de reprodução da vida física, sociais e culturais, muito além de simples recursos para os usos da sobrevivência econômica”.

Ab’ Saber (2003), ao propor e descrever os Domínios de Natureza no Brasil salienta a importância das potencialidades paisagísticas que cada unidade ambiental apresenta. Ao examinarmos as questões ligadas à natureza, energia e condição humana na Amazônia ficam evidentes as íntimas relações existentes entre as comunidades da reserva e seu entorno, mesmo que à primeira vista não a percebamos.

Os processos fisiográficos, biológicos e os referentes ao patrimônio cultural dos amazônidas balizam sua atuação no território, sendo nossa responsabilidade no DRP favorecer que seja utilizado de modo não predatório dentro da RDS.

A proposta do DLIS -colocada em prática através do DRP- fundada em projeto multidisciplinar, há de contribuir para a viabilidade de uma Amazônia pluricultural onde todos tenham capacidade de compreensão de seu habitat e de suas possibilidades econômicas, sociais e ambientais. Tal ferramenta possibilita ainda, o desenvolvimento de projetos próprios, em conformidade com suas características ancestrais, respeitadoras do ambiente, de modo que os progressos da civilização não se choquem com os valores que lhe são mais importantes.

Trata-se de espaço de grande complexidade ambiental e cultural, impondo-se que as intervenções na paisagem, natural ou já antropizada, não resulte em prejuízo das populações que ali já vivem em satisfatório equilíbrio.

## Referência Bibliográfica

- Ab’ Sáber, Aziz Nacib. 2003. Os Domínios de natureza no Brasil - São Paulo: Ateliê Editorial.
- Batista, Djalma. 2007. O Complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento. 2o ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa.
- Santos-Silva, E. N. dos ; Aprile, F. M.; Scudeller, V. V.; Melo, S. 2005. Biotupé: Meio Físico, Diversi-

- dade Biológica e Sócio-cultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central. Inpa ed. Manaus. 240p.
- Cavalcante, Ludmila. 2005. Currículo e Educação Ambiental. p 118 – 125. In: Ferraro Júnior, L.A. (Org.) Encontros e caminhos: formação de Educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília. MMA Diretoria de Educação Ambiental.
- COMUNITAS; BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). 2004. Seminário: Fortalecendo a Sociedade e Promovendo o Desenvolvimento-Diálogo a partir de Experiências e Idéias, SP.
- Cunha, Manuela C., Almeida, Mauro W.B.. 2001. Populações tradicionais e conservação ambiental. Pp.184-193 In: Capobianco, J.P et al. (orgs) Biodiversidade na Amazônia Brasileira. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, Estação Liberdade.
- Fearnside, Phillip M. 2003. A floresta amazônica nas mudanças globais. Manaus: INPA.
- Freitas, Marilene da Silva. 2005. Prefácio. In: Silva, E. N. dos S.; Aprile, F. M.; SCUDELLER, V. V.; MELO, S. Biotupé: Meio Físico, Diversidade Biológica e Sócio-cultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central. Inpa ed. Manaus.
- Gandin, Danilo. 1994. A prática do planejamento participativo : na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religiosos e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gawora, Dieter. 2003. Urucu. Impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás “Urucu” no Estado do Amazonas. Manaus: Editora Valer.
- Nuestro Congreso 1995. Manual de Diagnóstico Rural Participativo para la Extensión Campesina. PRODAF- Proyecto de la Coperación Técnica entre el Gobierno de Costa Rica y el Gobierno de la Republica Federal de Alemania - Costa Rica.
- Guimarães, M. 1995. A dimensão ambiental na educação. Campinas, SP: Papirus, 30p.
- \_\_\_\_\_. 2005. Intervenção Educacional: Do “de grão em grão a galinha enche o papo” ao “tudo junto ao mesmo tempo agora”. Encontros e caminhos: formação de Educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília. MMA Diretoria de Educação Ambiental. p. 118 – 125.
- Nunes, Ângela. 2002. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwe-Xavante”. In: Aracy Lopes da Silva, Ângela Nunes, Ana Vera Lopes da Silva Macedo (orgs.) Crianças indígenas: ensaios antropológicos -. – São Paulo: Global (Coleção antropologia e educação).
- Reis Júnior, Alfredo Morel dos, 2006. O meio físico-biótico e suas implicações no modo de vida dos moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – AM – Brasil. Artigo publicado na disciplina Tópicos Especiais (Antropologia III) – Natureza, Energia e Condição Humana na Amazônia - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. – Campinas.
- Sauvé L. 2005. Educação Ambiental: possibilidade e limitações. Educação e Pesquisa, São Paulo, 31(2): 317-322.
- Scudeller, V. V.; Aprile, F. M.; Melo, S.; Silva, E. N. dos S. 2005. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé: Características Gerais. p XI-XXI. In: SILVA, E. N. dos S.; Aprile, F. M.; Scudeller, V. V.; Melo, S. Biotupé: Meio Físico, Diversidade Biológica e Sócio-cultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central. Inpa ed. Manaus.